

# CURSO PRESENCIAL: OBRAS PÚBLICAS 4.0: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO INTELIGENTE NA ERA DA NOVA LEI 14.133/21. TECNOLOGIA, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA PARA TRANSFORMAR CONTRATAÇÕES.

Preparando profissionais para decidir certo e construir melhor.

## OBJETIVOS:

Com uma abordagem prática, baseado em estudos de caso, preparar profissionais para atuar na licitação e contratação de obras e serviços de engenharia. Em especial buscando atender os seguintes objetivos específicos:

- 1.Situar os participantes quanto as principais novidades no tema OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA decorrentes da edição da atual Lei de Licitações e Contratos;
- 2.Discutir temas polêmicos envolvendo a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, contextualizando diferenças e semelhanças entre a Lei 8.666/93 e a atual Lei de Licitações e Contratos, em alinhamento com a doutrina, jurisprudência e interpretação dos órgãos de controle;
- 3.Apresentar ferramentas para a solução dos problemas que rodeiam a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas;
- 4.Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas.

## APRESENTAÇÃO:

A boa gestão contratual de obras públicas começa pela elaboração do projeto básico, passa pela preparação dos documentos editalícios e, após a assinatura do contrato, continua com uma fiscalização eficiente. A falta de conhecimentos técnicos, jurídicos e gerenciais leva a decisões inadequadas no processo licitatório e na fiscalização de contratos, como alguns fiscais de contrato que aceitam pleitos indevidamente, ficando sujeitos a responsabilização por danos causados à Administração Pública Direta, ou se omitindo em decisões de sua responsabilidade.

Com o advento da Lei nº 14.133/21, a Nova Lei de Licitações e Contratos, muitos servidores públicos ficam inseguros em relação às inovações incorporadas à legislação. Aliado a isso, o fim das leis 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11 exige que haja uma preparação mais intensa para as novas contratações.

A abordagem do curso visa passar aos profissionais que atuam no processo de licitação e contratação de obras e serviços de engenharia, ferramentas e métodos para realizar um bom processo licitatório e, consequentemente, uma fiscalização eficiente, apresentando também soluções práticas para análise de pleitos contratuais em situações recorrentes, tais como reequilíbrio econômico-financeiro, dilação de prazos de execução, acréscimos de administração local, acréscimos de serviços por erro de quantitativos e recursos de aplicação de penalidades.

## QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

Engenheiros, Arquitetos, Economistas, Contadores, Administradores, Gestores Públicos e outros profissionais que atuam no mercado da indústria da construção, sejam contratantes ou contratados. A capacitação é destinada a: servidores e empregados públicos que atuam direta ou indiretamente na execução dos contratos administrativos; membros de comissão de apuração para fins de aplicação de sanções; gestor de contratos; fiscal de contratos; ordenador de despesa; assessoria jurídica; auditoria; controle interno; e outros que necessitem conhecer as melhores práticas para combater irregularidades nas licitações e contratações públicas.

## QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

### I – MÓDULO 01: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 1.Qualificação técnica (inclusive considerando subcontratação); 2.Análise de preço inexequível (obras, projetos e serviços de engenharia);
- 3.Decisões da comissão de licitação que afetam diretamente a gestão contratual; 4.A importância do orçamento de referência; 5.A diferença entre o orçamento de referência e o orçamento da proposta; 6.Definição de preço inexequível; 7.Valor de referência x prazo para elaboração do orçamento e fase interna da licitação; 8.Diferentes regimes de execução – qual adotar?

### II – MÓDULO 02: DEFINIÇÃO DO ESCOPO DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS

- 1.Anteprojeto: como reduzir o grau de imprecisão na definição do escopo do contrato; 2.Projeto básico: elementos mínimos na nova Lei de Licitações e Contratos e diferenças em relação a Lei 8.666/93; 3.Projeto executivo: definição e aplicação, segundo a nova Lei de Licitações e Contratos e a Lei das Estatais; 4.Contratações de projeto (inclusive modalidade e qualificação técnica); 5.Orçamentação de obras – principais conceitos e cuidados na elaboração; 6.Boas práticas de gestão de projetos; 7.Previsão do BIM na Nova Lei de Licitações e Contratos – o que pode ser feito para iniciar o processo de adequação; 8.O papel do responsável pela análise de projetos; 9.Que informações editalícias e contratuais devem constar no envio do anteprojeto/projeto básico para a licitação; 10.O papel do responsável pela análise de projetos; 11.O enfoque econômico na análise de projetos; 12.A mudança de enfoque na análise de projetos da contratação integrada; 13.Os cuidados na definição do cronograma de execução (inclusive físico-financeiro de obras, a elaboração das metas de resultado e sua vinculação na fase de medição e pagamento), com exemplos práticos e apresentação de modelos de outros órgãos, se houver; 14.A matriz de riscos e definição de quais contratos deverão prever a matriz de riscos; 15.Elaboração de ETP – o que o difere do TR ou projeto básico



### III – MÓDULO 03: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

1.Cláusulas contratuais 2.Principais novidades; 3.Amparo legal para fiscalização; 4.Atribuições da fiscalização; 5.Fiscal x gestor do contrato; 6.Atuação da fiscalização em contratos públicos – como exercer a supremacia de poder; 7.Fiscalização de encargos trabalhistas e previdenciários; 8.Contratação de consultores e empresas supervisoras; 9.Exigência de ART; 10.Diário de obras – elementos mínimos; 11.Elementos mínimos para medição e ateste de serviços; 12.Alteração contratual referente a erros de quantidades no orçamento em empreitada por preço global; 13.Especificações técnicas – definições; 14.Análise de pleitos de prorrogação de prazos; 15.Consequências de editais mal elaborados e projetos básicos falhos na gestão do contrato público; 16.Principais problemas em contratos e como solucioná-los à luz da legislação; 17.Procedimentos para realizar aditivos contratuais; 18.A visão dos órgãos de controle em relação ao procedimento licitatório e a gestão do contrato; 19.Medição e recebimento dos serviços; 20.Critério de quantificação de serviços; 21.Alteração contratual referente a erros de quantidades no orçamento em empreitada por preço global; 22.O que pode ser alterado no escopo do contrato; 23.Na alteração contratual, o que deve ser imposto à contratada e o que ela é obrigada a aceitar; 24.Na negociação, argumentos para convencer a contratada a aceitar o que não é obrigatório, e o que fazer quando não é aceito; 25.Notificações e abertura de processo administrativo; 26.Cuidados da fiscalização para evitar oportunidades de pleitos indevidos – o que pode ser cobrado da contratada e como deve ser exigido sem comprometer a fiscalização; 27.Checklist para análise de reequilíbrio econômico-financeiro – o que deve ser apresentado de informações pela contratada; 28.Cuidados na análise de pleitos de dilação de prazos – como separar o que a contratada tem de direito e os impactos financeiros na aceitação da dilação de prazos; 29.Saber diferenciar a análise de acréscimos de quantidades em empreitada por preço global da empreitada por preço unitário; 30.Fruto de erro de projeto, como quantificar o acréscimo de quantidades de serviços em empreitada por preço global; 31.Manutenção do desconto global e a parcela compensatória negativa em aditivos contratuais – quando aplicar e argumentação adotada; 32.Nos pleitos de pagamento de reajuste – cuidados no controle de pagamento do reajuste, não pagando por saldo contratual; 33.Aplicação de penalidades – principais erros cometidos na análise de recursos de multas contratuais e o que deve ser feito para que a multa seja efetiva; 34.Apresentação de situações reais e possíveis soluções para análise de pleitos contratuais; 35.Casos de extinção do contrato e maneiras de evitar que a Administração dê causa (exemplos práticos);

### QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



**André Kuhn – MSc – CRK** o Profissional certificado por Notório Saber em Engenharia de Custos pelo IBEC/ICEC - International Cost Engineering Council. Mestre em Engenharia Civil na Universidade Federal Fluminense (UFF); Graduado em Engenharia de Fortificação e Construção no Instituto Militar de Engenharia (IME); Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Engenheiro do Quadro de Engenheiros do Exército Brasileiro até 2013; Secretário de Engenharia e Arquitetura do Ministério Público Federal de 2014 a 2019; Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT de 2019 a 2020; Presidente do Conselho de Administração da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A de 2019 a 2020; Diretor Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. de 2020 a 2022; Autor dos livros: Qualidade e Licitação de Obras Públicas: uma Análise Crítica; Contratos de Obras Públicas – Uma Visão Gerencial e coautor do livro “Lei das Estatais Comentada – Lei 13.303/16. Agraciado com o título de Engenheiro de Custos do Ano de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos - IBEC. Palestrante em cursos e seminários sobre Licitações e Contratos de Obras Públicas.

### MODALIDADE PRESENCIAL:

João Pessoa/PB - 16 horas - Horário: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h - 16/03/2026 a 17/03/2026

Brasília/DF - 16 horas - Horário: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h - 21/05/2026 a 22/05/2026

São Paulo/SP - 16 horas - Horário: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h - 24/08/2026 a 25/08/2026

### ESTE CURSO INCLUI:

- Mochila
- Apostila Impressa
- Coffee Break
- Almoço

- Certificado de Conclusão

### VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R\$ 3.690,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.650,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.600,00

### FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Depósito em Conta

### INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

### MAIS INFORMAÇÕES:

**Telefone 1:** (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030

E-mail 1: [inscricao@onecursos.com.br](mailto:inscricao@onecursos.com.br)

E-mail 2: [onecursos@gmail.com](mailto:onecursos@gmail.com)

E-mail 3: [inscricao@onecursos.com.br](mailto:inscricao@onecursos.com.br)